

# O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR, GRANDE RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Robson José Peres Passos<sup>1</sup>  
Hemerson Fernandes Calgareo<sup>2</sup>

## Introdução

Com mais de 90% de todas as produções agrícolas no mundo, somente no Brasil a agricultura familiar é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, Censo Agropecuário, 2006), e representa 77% dos empregos no setor agrícola (ONU). Traçar um diagnóstico do perfil do agricultor é imprescindível para proporcionar condições para implantação de estratégias ao desenvolvimento sustentável dessa classe agrícola que é tão forte e atuante no nosso país, porém, ao mesmo tempo tão frágil pela falta de informação e assistência. Recentemente, a terminologia, função e enquadramento da agricultura familiar foram amplamente discutidos, motivado pelo reconhecimento que lhes vem sendo merecidamente atribuídos, seja como fornecedora de alimentos, seja na condição de termômetro econômico-social do meio rural, como fator intrínseco a segurança alimentar e na conservação dos recursos naturais.

Há o reconhecimento de que a agricultura familiar tem exercido função importante como fornecedora de alimentos, condição de termômetro econômico-social do meio rural, como fator determinante a segurança alimentar e na conservação e utilização racional dos recursos naturais.

---

1 Graduando do Curso de Eng. Agrônoma do UniSALESIANO de Lins. Bolsista Iniciação Científica – CNPq.

2 Prof. Dr. Eng. Agr. e Coordenador do Curso de Eng. Agrônoma do UniSALESIANO de Lins. Assistente Agropecuário da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI/SAA. E-mail: hemerson@unisalesiano.edu.br

No Brasil, o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2006, revelou que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada. Mesmo com pequena disponibilidade de área cultivável, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos, dentre outros produtos.

A agricultura familiar vem conquistando espaço no cenário nacional por meio da implantação de políticas públicas, seja crédito para custeio ou investimento nas atividades desenvolvidas na propriedade rural, seja por meio de incentivos à comercialização e agregação de valor como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Merenda Escolar, Programa Microbacias II – Acesso ao Mercado, entre outros.

Destaca-se ainda como um dos setores da economia que mais cresce na produção de alimentos, geração de riquezas e distribuição de renda. Ela é hoje uma das principais atividades geradoras de trabalho e renda na América Latina e no Caribe, segundo o relatório “Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014: uma visão para a América Latina e Caribe”, produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 74% da mão de obra no campo, produz 70% dos alimentos que estão nas mesas dos brasileiros, sendo ainda protagonista nacional na produção de mandioca (83%), feijão (70%), milho (46%), café (38%), arroz (33%), trigo (21%), soja (14%), leite (58%), aves (51%), suínos (59%) e bovinos (30%) (IBGE – Censo Agropecuário, 2006).

Por mais que os governos federal, estadual e municipal ofereçam programas e projetos destinados aos agricultores familiares, um fator essencial neste processo é o de dar garantia do direito irrestrito e primordial a todos os cidadãos, a uma alimentação de acordo com os princípios da segurança alimentar e nutricional (SAN). A segurança alimentar e agricultura familiar exibem alto grau de ambiguidade, muito provavelmente, consequência das dimensões e abrangências que as definições de cada uma alcançam.

Entretanto, antes da SAN, a Insegurança Alimentar (IA) apresenta-se como fator interveniente, caracterizada pela insuficiência na produção agrícola; mecanismos que comprometam a garantia de oferta de alimentos, compatível com a demanda agregada da sociedade; insuficiência de renda, e estrangulamentos nos canais de circulação, que refletem sobre os preços e a oferta. Tudo isto, reforçam as desigualdades sociais; comprometendo as características nutricionais dos alimentos, associado à insalubridade derivada do uso indevido de agrotóxicos, representando sérios danos à saúde das pessoas (PESSANHA, 1998).

De acordo com Guanziroli et al. (2000), no Novo Retrato da Agricultura Familiar, resultado do trabalho realizado em conjunto entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Fundo para Agricultura e Alimentação (FAO), define como agricultores familiares aqueles que atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado e a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país.

Carmo (1999), abordando o perfil da agricultura brasileira, se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção e rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

Por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e intermédio do FAO, foi declarado 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) em reconhecimento à contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza no mundo. O objetivo do AIAF 2014 é reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover mudanças, equacionando o desenvolvimento de forma sustentável.

No artigo "Projeto Horta Viva, Relato de uma experiência de extensão universitária", Calgaro et al. (2013), trabalharam com agricultura urbana e periurbana, configurando atividades e perfis dos participantes, semelhantes às dos agricultores familiares, e concluíram que a ação cujo caráter é intervencionista (Projeto Horta Viva), promoveu condições para que os beneficiários mudassem a realidade local por meios sustentáveis e não assistencialistas. O referido Projeto contemplou ações de segurança alimentar e nutricional, não geração de comodismo e ao mesmo tempo estimulou os beneficiários a buscarem o que desejavam para a vida, focando o bem estar de suas famílias.

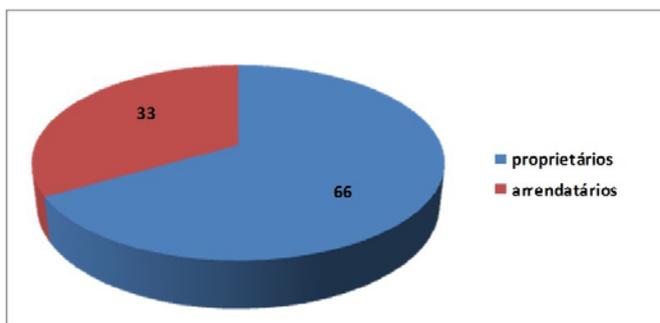
Atualmente, o agricultor urbano e periurbano também já pode ser contemplado com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), abrindo-lhe oportunidades de participação junto às políticas públicas a níveis federal e estadual. Nesta modalidade, de forma análoga ao de agricultor familiar do meio rural propriamente dito, detêm potencialidade incomensurável de verticalização da produção, de otimizar índices produtivos, gerar emprego, renda e com isso, melhorar da qualidade de vida. Portanto, a agricultura familiar representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades.

Por meio da implantação e acessos das políticas públicas, os agricultores, em especial, os familiares, podem experimentar desenvolvimento produtivo, possibilidade de

planejamento agrícola, venda garantida e a preços justos e melhoria na qualidade de vida.

De um universo amostral de agricultores familiares enquadrados no art. 3º da lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o município de Lins possui número total de UPA's de 385, destas, 276 estão enquadradas, possivelmente, como de agricultura familiar, representando 71% do total, de acordo com o levantamento censitário da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Os agricultores pertencentes à Associação de Produtores e Olericultores de Lins e Região (APOL), residentes em Lins e municípios circunvizinhos.

Em relação a condição da posse da área pelo produtor, cerca de 66% de agricultores entrevistados, oriundos de uma pesquisa, são proprietários e 33% arrendatários. Destes, 15% tem Tempo de Trabalho no Meio Rural entre 5 a 10 anos, 35% entre 10 a 15 anos, 16% entre 15 a 20 anos e 34% com mais de 20 anos, demonstrando que a grande maioria dos agricultores familiares encontra-se na atividade produtiva há mais de 10 anos. Guanzioli e Cardim (2000), em trabalho realizado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com cooperação técnica de representantes do Fundo para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), intitulado Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto encontraremos dados semelhantes quanto a condição da posse da terra no país, sendo que 74,6% são proprietários, 5,7% arrendatários, 6,4% parceiros e 13,3% ocupantes, demonstrando que, de forma geral, o agricultor familiar brasileiro detém de área própria para o cultivo agrícola.



**Gráfico 1:** Condição da posse da terra pelo agricultor entrevistado (%).

Em se tratando do destino das embalagens de defensivos agrícolas, 16% queimam tais materiais, outros 16% que são coletadas por organizações não governamentais, 36% que são coletadas pelo município e 32% destinam na coleta de lixo comum ou doméstico. Sobre a Participação nos Programas ou Políticas Públicas em que estão inseridos atualmente, apenas 15% não participam de nenhum programa, 35% participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e 50% acessaram linhas de financiamento do PRONAF.

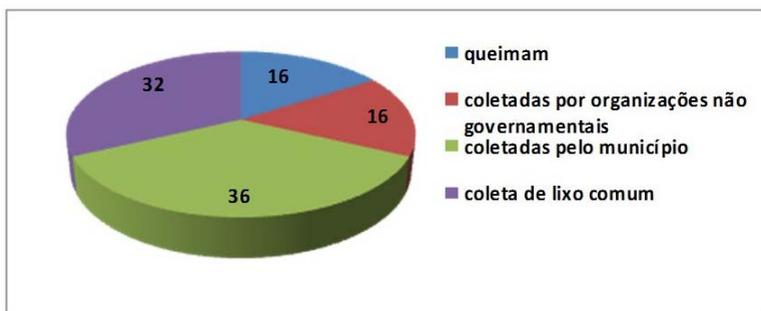


Gráfico 2: Destino das embalagens de defensivos agrícolas (%)

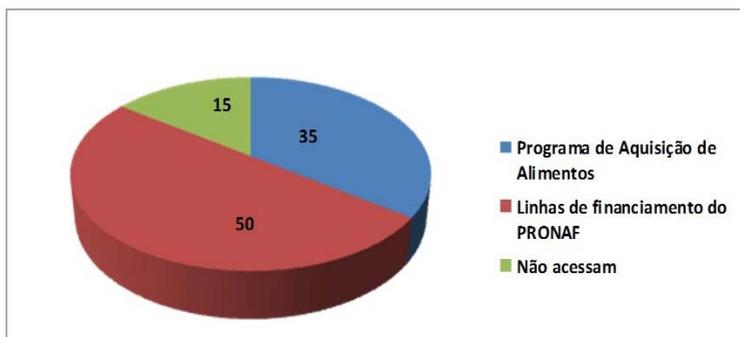
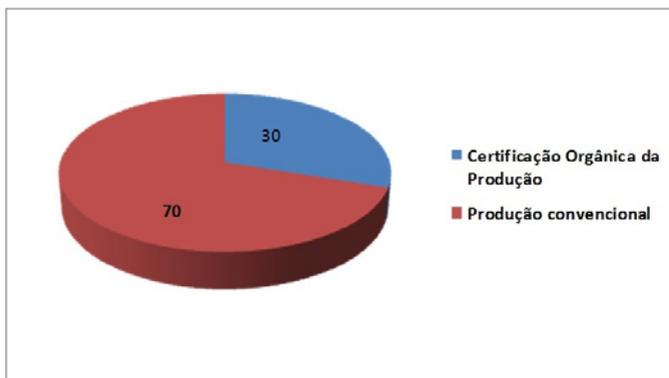


Gráfico 3: Participação nos programas ou políticas públicas (%)

As práticas agrícolas utilizadas em propriedades rurais, 100% dos agricultores utilizam adubos químicos e defensivos agrícolas, 60% utilizam adubo orgânico, 60% disseram utilizar Equipamentos de Proteção Individual e 30% utilizam sementes ou mudas melhoradas geneticamente. Estes dados quanto às embalagens são alarmantes, pois ocorre a efetiva coleta de embalagens por órgãos privados como lojas agropecuárias em parceria com o poder público, entretanto, o que se observa é a precariedade da informação com que chega ao agricultor, bem como a falta de atores, responsáveis por esta locução. Com relação ao aporte técnico, apenas 16% recebem visita técnica especializada mensalmente, 34% receberam visita a mais de seis meses e 50% disseram nunca ter recebido visita técnica em sua propriedade. Somente 30% participam de algum programa sobre certificação orgânica da produção e já se encontram certificados, ou ainda em fase final deste processo.



**Gráfico 4:** Certificação orgânica da produção (%)

## Considerações finais

O estudo sistematizado do presente tema, agricultura familiar e segurança alimentar mostrou ser de extrema importância para obtenção de um diagnóstico preciso a fim de criar estratégias desenvolvimentistas e sustentáveis no meio rural. A classe agrícola pertencente à familiar é frágil face ao sistema econômico produtivo, e ao mesmo tempo, possuidora de grande potencial produtivo e responsável por gerar emprego e renda. As informações anteriormente apresentadas poderão dar suporte para a definição e aprimoramento das políticas públicas em benefício da agricultura familiar; justificando e incentivando a ampliação dos investimentos que as esferas públicas já aplicam na agricultura familiar, como estratégia para o desenvolvimento econômico local e regional.

## Referências

- CALGARO, H. F.; ALFONSO, I. A.; ARAÚJO, C. A. M. Projeto Horta Viva: relato de uma experiência de extensão universitária. **Revista Ciência e Extensão**, v.9, n.1, p. 1, 2013.
- CARMO, R. B. A. **A questão agrária e o perfil da agricultura brasileira 1999**. Disponível em: <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>>. Acesso em: jun. 2001.
- GUANZIROLI, C. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. O Brasil Redescoberto: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Março de 2000. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2014.
- PESSANHA, L. D. R. **Segurança alimentar como princípio orientador de políticas públicas: implicações para o caso brasileiro**. Rio de Janeiro, 1998. (Originalmente apresentado como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).